

Religião e educação: os projetos dos jesuítas portugueses em tempos de exílio no Brasil (1910-1938) ¹

Religion and education: the projects of the Portuguese Jesuits in times of exile in Brazil (1910-1938)

Carlos André Silva de Moura [Ⓓ]

[Ⓓ] Universidade de Pernambuco – UPE, Recife, PE, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-5584-1398>, casmcarlos@yahoo.com.br

Resumo:

Após a implementação da República em Portugal, em 5 de outubro de 1910, as ações laicistas do governo atingiram as atividades das ordens religiosas. Com os decretos do novo sistema político, membros da Companhia de Jesus se exilaram em vários países, sobretudo na Espanha, Itália e no Brasil. A escolha por cidades brasileiras foi incentivada pela língua em comum, aproximações culturais, e, principalmente, pelos projetos religiosos desenvolvidos no país. O artigo tem o objetivo de compreender parte das ações dos membros da Província Portuguesa Dispersa no Brasil na primeira metade do século XX, analisando as relações entre seus projetos pedagógicos, a organização de uma missão cultural e o processo de Restauração Católica. A partir da História Cultural, também buscamos compreender como as ações educacionais foram um instrumento de mediação cultural para promover novas ideias e cultos por parte dos jesuítas.

Palavras-chave: jesuítas, missão cultural, projeto educacional, educação católica

¹ Normalização, preparação e revisão textual: Mônica Silva (Tikinet)

Abstract:

After the implementation of the Republic in Portugal, in October 5th, 1910, secular actions of the government reached the activities of religious orders. With the decrees of the new political system, members of the Society of Jesus exiled themselves in several countries, especially in Spain, Italy, and Brazil. A choice for Brazilian cities was encouraged by the common language, cultural approaches, but mainly by the religious projects developed in the country. This article aims to understand the actions of the Dispersed Portuguese Province members in Brazil in the first half of the twentieth century, with an analysis on the relationships between their pedagogical projects, the organization of a cultural mission, and the Catholic Restoration process. From the Cultural History, we also seek to understand how the forms of education were an instrument of cultural mediation on encouraging new ideas and worships by the Jesuits.

Keywords: *Jesuits, cultural mission, educational project, catholic education*

“Eis por que, nós – os catholicos brasileiros – fazemos votos para que da Constituição da República seja cancellado o contradictorio, monstruoso, hypocrita e chimerico ensino leigo”.
(Leme, 1916, p. 93)

As contribuições políticas, culturais e sociais entre portugueses e brasileiros foram estudadas por pesquisadores em diversos momentos da história nos dois países. Mesmo existindo proximidades entre as nações, as investigações sobre tais afinidades, no período republicano, ainda precisam ser aprofundadas por historiadores. Nossa afirmativa se reforça quando analisamos os projetos educacionais de eclesiásticos portugueses no Brasil durante a primeira metade do século XX, temática que ainda necessita de uma efetiva investigação científica.

Nos últimos tempos, o processo de imigração ou exílio, especialmente de religiosos, tem sido tema de alguns estudos de historiadores, antropólogos, sociólogos e pesquisadores da área da educação. Em meio às discussões, os projetos de membros das mais diversas ordens eclesiásticas têm contribuído para compreendermos a missão cultural implementada por estes

personagens, a sua inserção nos debates políticos e os desdobramentos econômicos em território brasileiro.

A partir de uma abordagem cultural, analisamos o processo de exílio de membros portugueses da Companhia de Jesus em diversas cidades brasileiras e a execução de parte dos seus projetos educacionais no novo país. Deve-se destacar que neste texto o processo de expatriação ou imigração não foi abordado apenas como deslocamento geográfico, mas levamos em consideração questões sociais, religiosas, culturais e econômicas, as quais contribuíram para esta movimentação humana complexa que manteve relações com as diversas estruturas sociais (Moura, 2015).

Como movimento político, mas com estruturas baseadas em questões religiosas internacionais, também buscamos compreender as representações sobre o exílio dos membros da Companhia de Jesus no Brasil. Sendo assim, procuramos identificar como este fenômeno foi construído, pensado e lido, com narrativas elaboradas em diferentes espaços (Chartier, 2002; Silva, 2010).

Neste sentido, observamos parte das ações dos jesuítas portugueses dispersos na missão da Província do Brasil Septentrional² e da Bahia, sobretudo suas atividades nas cidades de Salvador, Caeté e Recife. Compreendemos a importância do trabalho dos religiosos em outros espaços, mas julgamos o recorte necessário para dialogarmos sobre pontos específicos do trabalho aqui analisado, como a organização de novos projetos educacionais e a estruturação de devoções que contribuíram com as ações da recatolização.

É importante destacar que, neste artigo, enfatizamos parte dos projetos educacionais dos jesuítas em um recorte geográfico e temporal específico. No entanto, reconhecemos que os membros desta ordem religiosa não se limitaram a ações pedagógicas ou a organizar espaços escolares, uma vez que os trabalhos dos eclesiásticos estavam direcionados a um debate de reafirmação internacional do catolicismo, formando congregações e estruturando novas devoções.

A atuação cultural de ordens religiosas no período republicano brasileiro pode ser constatada a partir de pesquisas sobre os franciscanos, dominicanos, lazaristas, salesianos e

² Utilizamos nesta pesquisa documentos da primeira metade do século XX que apresentam grafias diferentes da atual. Optamos por não utilizar (sic), pois acreditamos que as citações ficariam sobrecarregadas, o que dificultaria a leitura.

capuchinos, além das ordens femininas, a exemplo das irmãs salesianas. Para Rebecca Rogers (2014), os processos de laicização de países europeus atingiram a organização das ordens religiosas com medidas anticlericais, colaborando com “o grande exílio” das congregações. Com a proibição aos eclesiásticos de lecionarem, parte deles se destinou a outros países, com o objetivo de incorporar projetos ou fundar novas instituições, sobretudo no continente americano (Rogers, 2014).

O exílio de religiosos portugueses no Brasil foi incentivado pela política laicista implementada em Portugal com a instauração da República em 5 de outubro de 1910. Devido ao novo sistema de governo, as atividades das ordens religiosas passaram a ser regulamentadas pelo decreto de 8 de outubro do mesmo ano, que restaurou as leis aprovadas pelo Marquês de Pombal com relação à expulsão dos jesuítas, em 1759 e em 1767, e por Joaquim António de Aguiar em 1834, que extinguiu conventos, colégios, hospícios e qualquer casa religiosa de todas as ordens regulares em Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e seus domínios.

O artigo que previa a expulsão das ordens estava direcionado exclusivamente aos membros da Companhia de Jesus, independentemente da sua nacionalidade ou naturalização. Para os eclesiásticos regulares, a lei se destinava aos estrangeiros e/ou naturalizados. Aos clérigos portugueses restava seguir uma vida secular ou viver em comunidades que não ultrapassassem três membros (Proença, 2011).

De acordo com o pensamento de Affonso Costa (1871-1937), Ministro da Justiça do novo governo, era necessário organizar a República com novos formatos, ideias e propostas de crescimento social. Para a efetivação do seu projeto, era preciso acabar com as velhas tradições monárquicas, entre elas a dependência que o sistema de governo mantinha com as instituições religiosas. As metas do político não se limitaram a excluir as ordens eclesiásticas de Portugal, uma vez que também se dedicou a perseguir efetivamente os membros da Companhia de Jesus por acreditar que os “maiores entraves a este objectivo era o jesuitismo, e por isso, logicamente, a cabeça viperina do jesuitismo foi imediatamente cortada, decepada de um golpe” (“Lei da Separação”, 1912).

As ações do governo republicano português não se resumiram a um processo de secularização do Estado, mas tinham como base propostas laicistas de combate a instituições, práticas e representantes religiosos. Manifestavam-se em perseguições aos integrantes do clero, nas leis contrárias às suas atividades e na laicização simbólica no país, como a prisão e o exílio

de religiosos, o fechamento de templos, o fim dos cursos de teologia e das referências eclesiais no cotidiano dos portugueses, como feriados, cultos e nomes de lugares (Catroga, 2006).

Parte das ações laicistas contra os jesuítas se fundamentaram nas representações elaboradas sobre os eclesiais durante o período monárquico e o início da República, acima de tudo a partir das relações com a política, sua participação nas questões educacionais e a expansão dos projetos católicos.³ As leis anticlericais, estruturadas por Affonso Costa, foram fundamentais para a reestruturação do “mito jesuítico” de *compiló* internacional, que para parte dos republicanos tinha o objetivo de controlar as instituições.

Deve-se compreender que, para alguns indivíduos, o sentimento de exílio teve início antes do desembarque no Brasil. As perseguições políticas, o isolamento cultural ou o impedimento das suas práticas cotidianas provocaram um afastamento social, profissional e psicológico, um luto entre o imaginário e o simbólico, principalmente para os expatriados por questões religiosas (Berta, 2007; Montañés, 2013).

Os laços históricos, a língua em comum, as redes de comunicação com outros lusitanos, o trabalho em torno do movimento de Restauração Católica e as representações sobre o Brasil como nação sem problemas entre o político e o religioso foram alguns dos motivos que contribuíram para a emigração de eclesiais portugueses ao país (Vitorio, 2015). A língua portuguesa colaborou para diminuir as dificuldades enfrentadas no exílio, principalmente quando a observamos como propriedade privada de uma nação, sobretudo ao se formar um discurso voltado para uma cultura lusófona ou estabelecer uma “comunidade imaginada” de um grupo (Anderson, 2008).

O deslocamento da província portuguesa dispersa para o Brasil

Ao embarcar com destino ao Brasil, os jesuítas portugueses compartilhavam um sentimento de dúvida e receio em relação à recepção dos eclesiais e, principalmente, dos governantes no novo lugar de atuação. Mesmo com o processo de liberdade de culto, o país

³ No momento da expulsão dos membros da Companhia de Jesus de Portugal, a província contava com 360 membros, sendo responsável por ensinar mais de 4 mil alunos em Portugal, Índia, África Oriental, Macau e Timor (Sousa & Cavalcante, 2016).

ainda figurava, no imaginário de parte dos eclesiásticos, como um lugar de onde tinham sido expulsos, mormente com os fatos recorrentes em Portugal.

O deslocamento dos religiosos para o Brasil, especialmente os jesuítas, foi incentivado pelo padre Luiz Gonzaga Cabral (1866-1939)⁴ e pelo irmão Gomes Pereira, que fugiram para Madrid e avaliaram o Brasil como uma das melhores possibilidades de destino. O processo de laicização e/ou laicismo em países como Portugal, França e Espanha contribuiu para a movimentação dos membros do clero para várias nações do continente americano. Em carta do padre Justino M. Lombardi, conseguimos compreender as negociações entre os religiosos e os cuidados para burlar a vigilância dos anticlericais no momento do desembarque no país:

Já escrevi ao R. P. Geral e ao P. Provincial desse Provincia convidando-os a enviar para cá os padres Irmãos de Portugal em caso de expulsão de por acaso a carta não tivesse chegado às mãos do dito padre N.R. pode repetir o convite em nome de todos os padres do Brazil. Única precaução necessária para evitar perseguições aqui na chegada é de virem em pequenos grupos vestidos como padres seculares ou disfarçados. Seria melhor que viessem alguns antes da expulsão oficial se por acaso se tivesse de realizar. Não desesperemos ainda da boa solução. O Governo aqui nos protege: só a imprensa maçônica nos ataca violentamente; mas até agora foi batida ... Não obstante o que se escreve contra nós nos jornais maçônicos o numero dos alunos cresce cada dia mais. Ontem recebi o pedido para um menino do General Glicerio chefe da revolução em 1889 – e um dos maiores inimigos. (“Carta do Padre Justino”, 1910).

No fragmento é possível perceber as estratégias traçadas por membros da Companhia de Jesus para evitar atrito com os republicanos em Portugal. Do mesmo modo, os eclesiásticos se demonstravam receosos sobre a recepção no Brasil, uma vez que as propostas anticlericais não estavam reduzidas a um espaço, mas eram parte dos debates políticos na transição entres os séculos XIX e XX.

⁴ Jesuíta português que chegou a Salvador (BA) em 1917. Na região, dedicou-se a ampliar a educação católica, com ações no Colégio Antônio Vieira nas disciplinas de língua e literatura portuguesa e latina, filosofia e apologética. Entre 1930 e 1933 ocupou o cargo de diretor da instituição, com trabalhos que ampliaram as atividades do colégio.

Vários grupos reivindicavam a proibição da entrada de membros da Companhia de Jesus no Brasil, sobretudo os maçons, que se inspiravam em ações de controle dos religiosos instauradas em Portugal desde o início da República. O *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, publicou diversos protestos de membros das lojas maçônicas sobre a questão, como o apresentado, em 4 de novembro de 1910, ao presidente da República Nilo Peçanha (1909-1910), enfatizando que a loja maçônica “Igualdade Florianense ... protestou contra entrada [em] nosso paiz [de] jesuítas expulsos de Portugal. Igualdade, que tem como principal dever pugnar sempre [em] favor [de] interesses [da] humanidade, considerou séria essa invasão, verdadeiro flagelo para toda comunhão brasileira” (“Varias noticias”, 1910, p. 4).

Os atritos entre os jesuítas e o governo se intensificaram após a proibição do desembarque dos religiosos B. J. Rodrigues e Antonio F. dos Coutinhos em novembro de 1910. Para Marcos Gonçalves (2014), após a decisão do governo federal, integraram-se favoráveis à “questão dos jesuítas” parlamentares e cidadãos que discutiam sobre a validade do ato e a livre manifestação religiosa no país, inclusive dos eclesiásticos estrangeiros.

Ainda para o autor, a proibição do desembarque dos jesuítas foi fundamentada em leis elaboradas em outras conjunturas históricas e finalidades específicas (Gonçalves, 2014). A ação teve como base o Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907, cujo artigo 4º estabelecia que “o Poder Executivo póde impedir a entrada no territorio da Republica a todo estrangeiro cujos antecedentes autorizem incluí-lo entre aquelles a que se referem os arts. 1º e 2º”.⁵

A ação do presidente foi questionada por parlamentares e membros da hierarquia católica no Brasil, que defendiam a legalidade da entrada dos jesuítas, especialmente em um momento de conflito com os representantes políticos do país em que atuavam. No entanto, o Chefe de Estado brasileiro “declarou que se inspirava em motivos de ordem pública e que a sua decisão era irrevogável” (“Hontem”, 1910, p. 1).

⁵ “Art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometter a segurança nacional ou a tranquillidade publica, póde ser expulso de parte ou de todo o territorio nacional. Art. 2º São tambem causas bastantes para a expulsão: 1ª, a condemnação ou processo pelos tribunaes estrangeiros por crimes ou delictos de natureza commum; 2ª, duas condemnações, pelo menos, pelos tribunaes brasileiros, por crimes ou delictos de natureza commum; 3ª, a vagabundagem, a mendicidade e o lenocinio competentemente verificados” (“Decreto nº 1.641”, 1907).

Além das motivações jurídicas apontadas por Nilo Peçanha, deve-se destacar o posicionamento anticlerical de alguns intelectuais e políticos do início do século XX. O então presidente frequentou as faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, instituições com fortes debates sobre a secularização e influentes na formação do pensamento político da primeira metade do século XX (Schwarcz, 1993). Deve-se lembrar que seu posicionamento como maçom também foi fundamental para atender às reivindicações de várias instituições sobre a “questão dos jesuítas”.

Os atritos entre o governo de Nilo Peçanha e membros da Igreja Católica demonstram os limites da liberdade religiosa no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O controle da entrada de eclesiásticos no país, ou a vigilância sobre eles, evidenciava a tentativa de um “acerto de contas” de setores da sociedade sobre questões debatidas durante a elaboração da lei de separação entre Estado e Igreja no final do século XIX (Moura, 2015). As ações adotadas na “questão dos jesuítas”, que não apresentaram fundamentações jurídicas consideradas válidas para o momento da sua aplicação, podem ser compreendidas como posicionamentos pessoais a partir de demandas intelectuais ou religiosas específicas.

Mesmo com as diversas manobras dos opositores, sobretudo os positivistas, os republicanos e os maçons, os eclesiásticos portugueses receberam autorização para desembarcar no Brasil, após a intervenção direta dos membros da Câmara dos Deputados, o jurista Cândido Mendes de Almeida Filho (1866-1939)⁶ e alguns integrantes da polícia solidários à causa. No entanto, um grupo de religiosos mais receosos seguiu viagem para Buenos Aires, a fim de evitar novos problemas com o poder civil (Azevedo, 1914).

A missão cultural dos jesuítas em tempos de exílio

De acordo com o padre Luiz Gonzaga Cabral, entre outubro de 1910 e setembro de 1911 foi registrado o desembarque de 85 jesuítas da Província Portuguesa. Entre os exilados estavam especialistas em diversas áreas do conhecimento, como naturalistas, biólogos e

⁶ Jurista, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e representante político, dividiu seus primeiros estudos entre o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e o Colégio São Luís Gonzaga, na cidade de Itu, em São Paulo. Foi condecorado com o título nobiliárquico de Conde Mendes de Almeida em homenagem ao seu pai, que defendeu o bispo dom Vital de Oliveira durante a Questão Religiosa em 1874.

educadores. Parte da produção desses eclesiásticos foi registrada na revista *Brotéria*,⁷ principal periódico de divulgação cultural e científica da Companhia de Jesus (Romeiras, 2016).

Os religiosos da província portuguesa ocuparam um espaço pouco povoado pelas ordens eclesiásticas. Dada a extensão territorial e o quantitativo populacional do Brasil na década de 1910, que contabilizava 23.651.551 residentes, as instituições católicas necessitavam de colaboradores para regiões afastadas dos principais centros urbanos (Moura, 2015).

Segundo Rodolfo de Roux (2014), em 1889 a Igreja Católica contava com 10 franciscanos, 170 religiosos de várias ordens e 520 sacerdotes seculares para atender uma população de aproximadamente 14.500.000 habitantes. Como projeto para fortalecer o movimento de recatolização em várias localidades, que também tinha bases nas questões sociais, políticas e educacionais, até 1900 desembarcaram no Brasil, para trabalhar em diversas missões, congregações italianas, francesas, alemães e belgas (Roux, 2014).

Especificamente sobre a Companhia de Jesus, até 1909 os trabalhos eram realizados por membros das províncias romana e alemã. A atuação dessa ordem estava dividida entre 99 eclesiásticos da Província Romana no Brasil Septentrional e Central (48 sacerdotes, 15 escolásticos e 36 coadjutores) e 199 inacianos da Província Alemã no Brasil Meridional (108 sacerdotes, 24 escolásticos, 67 coadjutores) (“Catálogo dos Jesuítas Portugueses”, 1911).

Para reforçar o projeto de expansão eclesiástica no país, as primeiras instalações a receber os lusitanos foram o Colégio de Nova Friburgo (Rio de Janeiro), o Ginásio Santo Inácio (Rio de Janeiro) e o Colégio São Luís em Itu (São Paulo), coordenados pela província romana da Companhia de Jesus (Azevedo, 1914). Nesses lugares, os eclesiásticos iniciaram suas atividades pastorais e os contatos para se fixar nas diversas dioceses. Assim, podemos afirmar que os trabalhos da Província Portuguesa no Brasil, especialmente na área da educação, originaram-se da colaboração com os eclesiásticos destas instituições.

Com a chegada dos jesuítas, alguns bispos aproveitaram a ocasião para fortalecer seu clero, uma vez que faltavam padres especialistas em estudos filosóficos, teológicos e com experiência aprofundada em administração eclesiástica. Nos primeiros anos da década de 1910, o padre geral da Companhia de Jesus, Franz Xavier Wernz (1842-1914), recebeu vários pedidos

⁷ Devido à política laicista implementada nos primeiros anos da República Portuguesa, parte da produção destes religiosos foi perdida durante a expulsão das ordens eclesiásticas do país. Sobre a revista *Brotéria*, cf. Rico e Franco (2003).

para que enviasse religiosos para trabalhar nas dioceses do Brasil, colaborando, em certa medida, para a estruturação de um projeto cultural no novo espaço de atuação.

As ações dos diversos eclesiásticos, não apenas jesuítas, foram fundamentais para o projeto de Restauração Católica no Brasil – movimento internacional de reafirmação dos valores da Igreja e reestruturação do poder político da instituição. O trabalho dos clérigos foi importante para combater a modernidade e as doutrinas da esquerda e formar uma neocrisandade comprometida com as ideias oriundas de Roma. Para isso, a atuação em questões educacionais, na implementação de uma ordem católica e no controle de questões cotidianas, como literatura, manutenção da família e gestão dos espaços sociais, foi fundamental para os objetivos da Cúria romana no Brasil (Moura, 2015; Roux, 2014).

No entanto, alguns eclesiásticos brasileiros não aceitaram os lusitanos de imediato. Dom Joaquim Arcoverde (1850-1930) foi um dos bispos que demonstrou reservas à “ingerência” dos estrangeiros nas questões religiosas do país (Azevedo, 1986). A Cúria romana precisou interferir no problema, e o cardeal De Lai enviou carta aos líderes da hierarquia católica no Brasil apresentando as dificuldades políticas em Portugal e a importância de receberem os “irmãos” para que pudessem superar o difícil momento vivenciado naquele país (“Nunziatura”, 1921).

Parte da reação dos religiosos aos imigrantes foi incentivada pelo movimento nacionalista estruturado entre os membros da hierarquia da Igreja Católica e pela carta pastoral de dom Sebastião Leme (1882-1942), publicada ao assumir a Arquidiocese de Olinda em 1916. O texto do bispo contribuiu com a organização de ideias que valorizavam o sentimento patriótico, gestando uma lusofobia de caráter político, social e cultural (Mendes, 2010).⁸

Entre as atitudes que caracterizavam a rejeição do trabalho dos portugueses, podemos destacar a recusa de bispos em receber os exilados em suas dioceses. Em outras medidas, jesuítas lusitanos eram recepcionados para trabalhos temporários, sem a possibilidade de efetivação que garantisse seu estabelecimento no país, diferentemente das “negociações” estabelecidas com eclesiásticos de outras nacionalidades (Moura, 2015).

⁸ Mesmo que o documento tenha apresentando caráter nacionalista, a partir de 1917 dom Sebastião Leme foi um dos principais apoiadores dos projetos educacionais dos jesuítas portugueses em sua arquidiocese.

Assim como a *Carta pastoral saudando a sua arquidiocese* (Leme, 1916) apresentou a necessidade de formar um movimento nacionalista, o documento também estruturou o movimento de recatolização no Brasil. As propostas foram fundamentais para a organização dos projetos educacionais dos jesuítas, uma vez que parte da atuação dos membros da ordem teve como base as diversas formas de ensino.

No documento, o bispo destacou a necessidade de organizar ações comprometidas com os projetos da Cúria romana, enfatizando que

ao catholico não póde ser indifferente que a sua pátria seja ou não aliada de Jesus Cristo. Seria trair Jesus; seria trair a patria! Eis por que, com todas as energias de nossa alma de catholicos e brasileiros, urge rompamos com o marasmo atrophiante com que nos habituamos a ser uma *maioria nominal*, esquecida dos seus deveres, sem consciencia dos seus direitos. É grande o mal, urgente é a cura. Tental-o – é obra de fé e acto de patriotismo. (Leme, 1916, p. 8, grifo do autor).

As ações em torno de um catolicismo militante não estiveram resumidas à arquidiocese de dom Sebastião Leme, cujas atividades, mesmo com uma inicial ressalva ao trabalho dos lusitanos, colaboraram para a coordenação de um projeto nacional para os católicos e a politização do clero em um momento fundamental da relação entre o político e o religioso.

Apesar das dificuldades aqui apresentadas, os inicianos continuaram com o projeto cultural em seu novo espaço de atuação. Uma das primeiras ações desempenhadas pelos exilados da Companhia de Jesus foi iniciada em março de 1911, com a fundação do Colégio Antônio Vieira em Salvador. A instituição fazia parte das ações educacionais do bispo dom Jerônimo Tomé da Silva (1849-1924), que ofereceu residência aos religiosos em Santo Antônio da Barra. O estabelecimento de ensino foi o ponto de partida para outros empreendimentos jesuítas no Norte brasileiro,⁹ com efetiva colaboração com os religiosos maristas e salesianos, ordens com projetos já estabelecidos na região (Casali, 1995; Monteiro, 2011).

Os relatos do padre Luiz Gonzaga Cabral, baseados nas contribuições dos membros da Companhia de Jesus para a formação sociocultural do Brasil, são fundamentais para compreender alguns objetivos dos integrantes da ordem no país. Para o eclesiástico, “a *civilização*, no seu mistér *pedagógico* não compreende somente o *ensino*, senão também – e mais ainda – o que em rigor merece o nome de *educação*. Pelo *ensino* forma-se a *inteligência*; pela *educação*

⁹ Utilizamos o termo “Norte brasileiro” pois o conceito de Nordeste foi elaborado a partir dos anos 1940, com a organização de novas divisões geográficas em décadas posteriores. A documentação do período corrobora nossa afirmação, utilizando duas divisões geográficas: Norte e Sul (Albuquerque Junior, 2001).

propriamente dicta forma-se o *carácter*” (Cabral, 1925, p. 176, grifos do autor). Além das contribuições para a formação intelectual dos brasileiros, a atuação dos jesuítas também se apresentava como proposta civilizadora e de condução da sociedade nos “retos caminhos” (Sousa, 2016, p. 169).

Nas questões educacionais, o trabalho dos membros da Companhia de Jesus, na Província Septentrional, fundamentava-se no estabelecimento do “bom cidadão”, do católico militante e comprometido com os ensinamentos da Igreja. A estruturação deste “homem modelo” iniciava na organização familiar, mas tinha os espaços educacionais como importantes colaboradores para os projetos eclesiais. Tais medidas também eram fundamentais para a organização do Estado, especialmente em momentos de controle social e político, como os vivenciados na Era Vargas (1930-1945).

Inspiradas em um instituto civilizador, a partir das ações educacionais, ainda na Bahia, por recomendações do monsenhor Luís Pinto Bastos, as atividades dos jesuítas se estenderam para a região de Caetité, tornando-se umas das principais ligações para as missões que se destinavam ao Sertão (Assunção, 2003; Foulquier, 1940). Os membros da Companhia de Jesus chegaram à região em 1912, com o objetivo de combater as atividades da Escola Americana, fundada pelo presbiteriano Henry John McCall, que contava com o apoio financeiro de políticos locais. Com a intenção de promover uma educação católica, no mesmo ano foi fundado o Instituto São Luís Gonzaga, que apresentou breve atividade devido à reorganização da Escola Normal na localidade (Monteiro, 2011).

A interiorização das atividades dos jesuítas na Bahia atendeu a uma demanda política, principalmente de afirmação da educação católica diante do ensino protestante ou laico (Azevedo, 1986). É importante enfatizar que, após um ano de atividades dos jesuítas em Caetité, a região passou a sediar uma nova diocese, com a reconfiguração das divisões eclesiais (Matos, 2016). A ereção do bispado, publicada em 20 de outubro de 1913, a partir da bula *Majus animarum bonum* do papa Pio X, não fez referência ao trabalho dos jesuítas, que se mantiveram à frente de questões educacionais até 1925, mas não podemos desconsiderar a validade do trabalho dos religiosos para o processo de fortalecimento e independência do espaço eclesial (Moura, 2015).

Além das atividades educacionais iniciadas nas instituições que receberam os jesuítas exilados e os projetos desenvolvidos em Salvador e Caetité, os portugueses que atuaram na

Província Septentrional estruturaram ações em Belém, São Luís, Baturité, Fortaleza, Aracati, entre outras cidades (O'Neill; Domínguez, 2001).¹⁰ Na região Norte do país, as atividades em Salvador e no Recife apresentaram maior destaque para os projetos da Igreja romana, resultado da localização, que também era beneficiada por um sistema de transporte e comunicação que facilitava a organização de projetos direcionados à educação, política e formação de uma neocristandade.

Na capital pernambucana, as ações dos membros da Província Portuguesa Dispersa foram acompanhadas pelo estabelecimento da devoção a Nossa Senhora de Fátima. O padre José Aparício da Silva (1879-1966), jesuíta exilado e um dos confessores da irmã Lúcia de Jesus (1907-2005),¹¹ foi o primeiro promulgador das mensagens da “Senhora do Rosário”¹² fora de Portugal e encontrou no Recife o principal ponto de implementação e divulgação da prática para outras localidades (Cunha, 1953).

Deve-se enfatizar que a estruturação do culto a Fátima também foi acompanhada pela organização de um espaço educacional. As propostas de uma nova devoção no país, assim como a organização de um projeto pedagógico, demonstram que a missão dos jesuítas portugueses se apresentou de forma ampla, com ações em diversas frentes que colaboraram com os projetos internacionais de reafirmação política e social da Cúria romana.

Religião, educação e devoção

Os primeiros exilados portugueses da Companhia de Jesus chegaram à capital pernambucana convidados pelo bispo de Olinda, dom Luís Raimundo da Silva Brito (1840-1915), com a intenção de organizar uma instituição escolar. No entanto, ao chegarem à cidade, perceberam que o trabalho se destinava a colaborar com a administração do Colégio Diocesano, o que não configurava interesse principal dos integrantes da ordem (Monteiro, 2011). As atividades só tomaram forma com as ações direcionadas a um projeto educacional

¹⁰ A partir da década de 1940, as províncias jesuítas apresentaram uma nova divisão e a atuação dos portugueses se estendeu para regiões como Amazonas, Piauí e Espírito Santo (O'Neill; Domínguez, 2001).

¹¹ Junto com Francisco Marto (1908-1919) e Jacinta Marto (1910-1920), Lúcia de Jesus foi uma das três crianças que protagonizaram os eventos em torno das aparições de Nossa Senhora de Fátima entre maio e outubro de 1917 em Portugal (Moura, 2015).

¹² Nas memórias sobre as aparições marianas, a irmã Lúcia de Jesus destacou que, em 13 de outubro de 1917, a revelação se autodenominou a “Senhora do Rosário”.

independente, com proposta cultural voltada para o ensino, a organização política e o fortalecimento do culto mariano, ideias que foram pensadas durante o bispado de dom Sebastião Leme (1916-1921).

Os trabalhos que estabeleceram as afinidades entre as ações educacionais e o culto mariano na cidade do Recife legitimaram a presença dos eclesiásticos lusitanos, seja ao estruturar um projeto com base na educação, um dos principais pilares para o processo de recatolização, ou ao organizar uma nova devoção em terras brasileiras. É importante destacar que as atividades educacionais e o culto a Fátima foram estruturados de forma paralela, configurando-se uma missão cultural do grupo em nova área de atuação.

Mesmo que sua *Carta pastoral saudando a sua arquidiocese* tenha contribuído para a reação de alguns eclesiásticos à atuação dos jesuítas exilados, dom Sebastião Leme foi o principal articulador dos projetos da ordem na região. Nas questões educacionais, o eclesiástico não se limitou a implantar uma instituição de ensino básico ou a trabalhar com jovens em idade escolar, mas intencionava organizar ações para os diversos níveis da formação dos “seus fiéis” (Leme, 1916).

Os objetivos do bispo já tinham sido apresentados na carta pastoral de 1916, quando o eclesiástico enfatizou a necessidade de um amplo projeto educacional baseado nos valores católicos e diálogo com as propostas de recatolização. No documento, o bispo de Olinda destacou que:

Foi com alvoroço que Nos chegou ao conhecimento a resolução tomada pelos Senhores Arcebispos e Bispos das províncias Ecclesiasticas Septentrionaes do Brasil, quando reunidos na Bahia sob a presidência do venerado e preclaro Senhor Arcebispo Primaz, accordaram em fundar na cidade de Recife uma Universidade Catholica. Superfluo julgamos dizer que, da Nossa parte, envidaremos todo esforço para secundar o voto e proposito dos Nossos Veneraveis Irmãos no Episcopado. (Leme, 1916, pp. 102-103)

A decisão de organizar uma instituição de ensino superior católica na cidade do Recife demonstrou a importância do trabalho eclesiástico na região. Os projetos desenvolvidos por dom Leme, as afinidades com forças políticas da localidade e os trabalhos das ordens religiosas, além de fatores como localização, demanda acadêmica e diálogos com setores do clero, colaboraram para o estabelecimento da instituição na capital pernambucana em detrimento de outras regiões.

Como parte dos projetos internacionais, as ações pedagógicas da primeira metade do século XX foram fundamentais para a formação de uma neocristandade comprometida com os valores católicos. Com a organização de uma instituição de ensino superior, a hierarquia da Igreja romana colaborava com a formação de homens e mulheres em todos os níveis de ensino, por meio de discussões religiosas sobre a educação básica, o ensino das profissões e a formação universitária.

Para contribuir com as ações desempenhadas na região eclesiástica de Olinda e Recife, em 1917 chegaram à capital pernambucana treze jesuítas, sendo eles seis padres, seis irmãos e um escolástico. Com o apoio do bispo, os religiosos adquiriram um espaço para o início das suas atividades devocionais, educacionais e culturais, com a inauguração do Colégio Manuel da Nóbrega em 19 de março de 1917, localizado no Palácio da Soledade, residência oficial do bispado (Azevedo, 1986).¹³

A instituição seguiu o modelo já aplicado pelos religiosos em outras cidades, com uma educação católica para formação moral de jovens meninos e a colaboração com as atividades de recatolização da sociedade (Sousa, 2013). Simultaneamente à construção de um espaço escolar, os jesuítas deram início à edificação de um templo dedicado a Nossa Senhora de Fátima. Deve-se lembrar que esta devoção foi uma das principais propostas de reconfiguração do catolicismo nas primeiras décadas do século XX no mundo luso-brasileiro, sobretudo durante a reafirmação católica após a instauração de uma política laicista em Portugal.

Ainda que as ideias de construir um templo dedicado à “Senhora do Rosário” tenham sido pensadas durante o bispado de dom Sebastião Leme, foi na gestão de dom Miguel de Lima Valverde (1922-1951)¹⁴ que as atividades foram efetivamente executadas. O padre Joseph Foulquier liderou o projeto inicial, mas, devido a problemas de saúde, cedeu lugar ao padre Domingos Gomes (Azevedo, 1986).

A construção do templo foi significativa para os jesuítas da Província Portuguesa Dispersa. Desde 1917, Fátima era referência no combate ao anticlericalismo e à cultura laicista, e tinha se constituído como o principal símbolo do processo de recatolização da sociedade em Portugal. Após seu culto ser reconhecido em 1930 pelo bispo de Leiria, dom José Alves Correia

¹³ Com o desenvolvimento das atividades do Colégio Manuel da Nóbrega e o aumento da demanda por religiosos, a partir de 1925 parte dos eclesiásticos que encerraram os trabalhos na região de Caetité se transferiram para a cidade do Recife.

¹⁴ Sobre a gestão de dom Miguel Valverde à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife, cf. Silva (2006).

da Silva (1872-1957), e o posicionamento político das mensagens que lhe foram atribuídas, várias outras localidades passaram a organizar homenagens que contribuíram para a internacionalização do culto mariano iniciado em Portugal (Azevedo; Cristino, 2007).

Os projetos para a construção de um templo dedicado a Fátima na cidade do Recife tiveram início antes de o culto ser oficialmente reconhecido pela Igreja Católica em Portugal. Desde 1928, o jesuíta padre Manuel Rufino Negreiros foi o principal incentivador de uma obra em homenagem às aparições fatímicadas na capital pernambucana. Financiados pela comunidade portuguesa, os trabalhos tiveram início em 15 de outubro de 1933, sendo o templo inaugurado em 8 de setembro de 1935.¹⁵ A igreja foi erguida no terreno onde também se localizava o Colégio Manuel da Nóbrega, tornando-se um dos principais locais de circulação dos intelectuais católicos da cidade (Azevedo, 1986; Boletim Mensal da Archidiocese de Olinda e Recife, 1935).

As atividades do Colégio Manuel da Nóbrega, assim como das outras instituições de ensino secundário fundadas pelos jesuítas na região Norte do país, reuniam grupos pertencentes à elite econômica local. Com um programa voltado para a formação intelectual dos alunos, os seus egressos tinham como principal destino as faculdades de Direito, Medicina ou Engenharia, formações acadêmicas que representavam *status* para os discursos da modernização e organização jurídica no país (Silva, 2015).¹⁶

A instituição de ensino dos jesuítas ocupou um espaço na sociedade que até então necessitava de uma atuação efetiva da Igreja Católica. A capital pernambucana já contava com escolas de ensino protestante, como o Colégio Americano de Pernambuco (1904), atual Colégio Presbiteriano Agnes Erskine, e o Colégio Americano Batista (1906), além das instituições católicas voltadas para educação feminina e masculina, como o Colégio Damas (1901) e o Colégio Marista São Luís (1910), respectivamente, e ainda os espaços de educação laica. Todas

¹⁵ Efetivamente, a obra foi executada nos cinco últimos meses, uma vez que após o lançamento da pedra fundamental os jesuítas enfrentaram problemas para arrecadar verbas para a construção do templo. Parte da historiografia que relata a importância da igreja dedicada a Fátima na cidade do Recife, como os livros do padre Ferdinand Azevedo, destaca que o templo foi o primeiro construído no mundo, mesmo antes do erguido em Portugal. No entanto, a instituição no Recife foi a primeira igreja de grandes proporções, pois entre 28 de abril e 15 de julho de 1919 foi construída a Capelinha em Fátima (Fernandes, 1944). A atual Basílica do Rosário começou a ser erguida em 1928, tendo sido consagrada em 7 de outubro de 1953.

¹⁶ Ao analisar os debates sobre a constituição do ensino superior católico em Pernambuco, a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega, fundada em 1943, o historiador Newton Cabral (2009) apresentou as mudanças no enfoque educacional do Colégio Nóbrega como acesso à nova instituição educacional. Para o autor, a Faculdade era considerada a “continuação do apostolado educacional para alunos do Colégio Nóbrega” e o “coroamento do projeto de recatolização” (Cabral, 2009, p. 28).

estas instituições se apresentaram como instrumentos para a formação das ideias sociais que tinham como base a educação, seja a partir das correntes protestantes, católica ou o ensino não devocional.

As instituições aqui exemplificadas, que a princípio representavam a definição de três correntes de ensino, não disputavam apenas o número de matriculados, mas a possibilidade de formar um conjunto de indivíduos comprometidos com os valores que defendiam. Sendo assim, o Colégio Manuel da Nóbrega se estabeleceu como mais uma instituição cujo objetivo era contribuir com as reivindicações e a execução dos projetos internacionais para estruturar um ensino devocional e comprometido com os valores da Igreja Católica na primeira metade do século XX.¹⁷

Deve-se compreender a instituição de ensino como um espaço de formação das propostas de recristianização. As ações dos membros da Companhia de Jesus, com um projeto de ensino católico de defesa de uma moral social e política, foram fundamentais para validar as atividades educacionais das ordens religiosas, refletidas nos números de matriculados nos primeiros anos de atividade.

Na Tabela 1 conseguimos visualizar a evolução do número de matriculados nos sete primeiros anos de atividade do Colégio Manuel da Nóbrega. Nela estão contidos os valores finais de cada ano letivo, considerando discentes internos, semi-internos e externos.

Tabela 1 – Evolução dos matriculados no Colégio Manuel da Nóbrega, nos sete primeiros anos

Ano letivo	Total de alunos matriculados
1917 ¹⁸	27 (início do ano letivo) 93 (final do ano letivo)
1918	190
1919	310
1920	306
1921	228
1922	212
1923	249

Fonte: Azevedo (1986)

¹⁷ Durante as investigações, tentamos examinar material que demonstrasse o conteúdo curricular do Colégio Manuel da Nóbrega. No entanto, devido a uma reorganização do arquivo dos jesuítas na região Nordeste, há anos a documentação está impedida de ser consultada.

¹⁸ Em 1917, os inicialmente matriculados totalizaram 9 internos, 3 semi-internos e 15 externos. Em 1918 o corpo discente era composto por 62 internos, 23 semi-internos e 105 externos.

Os números demonstram o fortalecimento de um projeto e o reflexo de uma rígida atuação dos coordenadores do Colégio Manuel da Nóbrega. A redução no quantitativo de matriculados, a partir de 1921, foi resultado das ações do padre João Batista Gonçalves, que assumiu como reitor da instituição em 1920. Entre seus atos, no final do primeiro ano como dirigente da instituição o religioso expulsou os estudantes que “não tinham esperança de serem educados”, ou seja, aqueles que reprovaram os “exames de passagem” –, além disso, diversos alunos se transferiram espontaneamente, com críticas ao “rígido” formato educacional adotado pelo novo dirigente (Azevedo, 1986, p. 117). Para Ferdinand Azevedo (1986), a ação do religioso pode se apresentar como excessiva, mas atendia aos objetivos da ordem em manter a qualidade do ensino e dos integrantes do espaço escolar.¹⁹

As ações do padre João Batista Gonçalves demonstraram que a concepção educacional dos jesuítas não tinha como principal objetivo o número de matriculados. Suas atividades estavam direcionadas a um projeto amplo de reorganização social e cultural, de formação de “bons católicos” que estivessem comprometidos com os projetos do clero. De tal modo, os discentes da instituição precisavam atender a uma demanda baseada no fortalecimento do catolicismo em um Estado laico.

Outro ponto determinante para a momentânea diminuição no número de matriculados na instituição foi a transferência do bispo dom Sebastião Leme para a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1921. Como principal apoiador das ações dos membros da Companhia de Jesus na cidade do Recife, as atividades dos eclesiásticos precisaram se reconfigurar para acompanhar uma nova estrutura de liderança.

Do mesmo modo que o Colégio Manuel da Nóbrega foi fundamental para as disputas de espaço e atuação com as instituições de ensino protestante e/ou laico, deve-se enfatizar que a escola também colaborou com um amplo projeto de educação católica de meninos e meninas na cidade do Recife. Organizou escolas confessionais, como o Colégio São José das Irmãs Dorotéias, o Colégio Nossa Senhora do Carmo e o Colégio das Filhas de Maria Auxiliadora, na área central da cidade, ou ainda os Colégios Maristas e o Colégio da Imaculada Conceição em regiões mais afastadas do centro. Outras instituições foram fortalecidas, como o Colégio Salesiano de Artes e Ofícios do Sagrado Coração, que desenvolvia suas funções desde 1895.

¹⁹ Esse objetivo tinha como base o comprometimento com as ideias da Igreja Católica, com ações que contribuíssem para o desenvolvimento dos projetos eclesiásticos da instituição.

Com o crescimento da missão dos jesuítas no Norte brasileiro e as dificuldades para financiar o clero, a Companhia de Jesus passou a enfrentar empecilhos para manter a estrutura da Província Septentrional dos Jesuítas no Brasil. Para diminuir os gastos, algumas divisões eclesiásticas foram declaradas independentes, como a coordenada pelos portugueses no Brasil, por ser considerada uma das mais amadurecidas no trabalho missionário. Dessa forma, a partir de 8 de dezembro de 1938 a instituição passou a atuar com seus próprios recursos e a organizar o corpo administrativo de modo independente (Azevedo, 1986).

A principal crítica à independência da província foi a possibilidade de a instituição não continuar com os projetos iniciados em 1911, como a organização do Colégio Antônio Vieira em Salvador. Em 1938, a Companhia contava com 60 sacerdotes, 40 estudantes e 53 irmãos. No entanto, a possível falta de experiência de jovens jesuítas para substituir religiosos que participaram de várias missões era a principal preocupação de alguns líderes da ordem (Azevedo, 2006).

Mesmo com todo o receio, os membros da Companhia de Jesus que continuaram com os projetos desenvolvidos por seus antecessores foram bem-sucedidos nas atividades relacionadas à educação e à expansão do culto católico. A continuidade das ações dos jesuítas contribuiu para o fortalecimento do intercâmbio cultural entre religiosos, fiéis e intelectuais portugueses e brasileiros na primeira metade do século XX. Mesmo resguardando suas especificidades, os eclesiásticos desenvolveram trocas fundamentais para a formação cultural dos dois países, principalmente nas questões relacionadas à Igreja romana.

O projeto dos religiosos foi fundamental para o movimento internacional de reestruturação política e social da Igreja Católica. De tal modo, a missão dos jesuítas foi importante para as ações da Restauração Católica, em especial a elaboração das propostas para uma educação devocional comprometida com os ensinamentos da Igreja romana. Na primeira metade do século XX, o movimento da Igreja Católica no Brasil, também composto pelos jesuítas exilados, serviu de principal modelo para a organização das propostas de recatolização em Portugal.

O trabalho realizado por dom Sebastião Leme, as ações dos membros da Companhia de Jesus no Brasil e os diálogos estabelecidos com o Patriarca português dom Manuel Cerejeira (1888-1977) consolidou a colaboração entre intelectuais, eclesiásticos e parte da Igreja Católica nos dois países. As aproximações foram fundamentais para o fortalecimento do projeto internacional da Cúria romana, que tinha no mundo luso-brasileiro um importante espaço de atuação.

Devemos chamar atenção para o fato de que os números aqui apresentados não limitam nossas conclusões sobre a missão cultural desempenhada pelos membros da Companhia de Jesus. Enfatizamos que os modos como um “grupo apropria-se de ... uma forma cultural são mais importantes do que a distribuição estatística desse motivo ou dessa forma” (Chartier, 2002, p. 44). Sendo assim, diferentemente do que já foi afirmado por parte da historiografia, como as propostas defendidas por Antonio Candido (Gobbi, Fernandes, & Junqueira, 2002), mesmo sem conhecimento aprofundado das regiões em que atuaram, os jesuítas portugueses exilados realizaram um trabalho eclesiástico planejado e integrado ao projeto internacional da Igreja Católica.

Além da proposta de uma missão cultural, o trabalho dos jesuítas exilados em várias cidades brasileiras pode ser compreendido a partir dos conceitos de mediação cultural. Os membros da Companhia de Jesus agiram ativamente, propuseram ideias, reforçaram as atividades de recatolização da sociedade e das instituições, organizaram um novo culto e estruturaram um projeto educacional que prezava por uma tradição católica. O trabalho dos eclesiásticos contribuiu para a inserção de um modelo de ensino religioso, com os objetivos de formar os indivíduos nos “retos caminhos” defendidos pelo clero (Ginzburg, Castelnuovo, & Poni, 1991).

Mais importante que os resultados dos projetos, que também podem ser traduzidos em números, são os diálogos culturais, a organização de uma missão religiosa e a mediação cultural que colaboraram com a construção de representações fundamentais para a História da Companhia de Jesus no Brasil. As atividades desempenhadas pelos inicianos devem ser compreendidas a partir de um projeto internacional, parcialmente interrompido em Portugal em 5 de outubro de 1910, mas que apresentou outras configurações com o exílio dos seus representantes em diversos países.

Desde a sua fundação, a Companhia de Jesus se apresentou como uma ordem de caráter internacional, com projetos que não estavam resumidos a uma localidade ou intenção eclesiástica (Sousa, 2016). Neste sentido, o trabalho dos religiosos deve ser compreendido a partir de componentes transculturais, tendo este texto enfatizado principalmente aspectos específicos da educação (Cavalcante, 2016). No entanto, essa particularidade não pode ser entendida de modo isolado, uma vez que seus personagens estão inseridos em um contexto político, cultural e social da primeira metade do século XX.

O trabalho da Companhia de Jesus na região Norte do Brasil ajudou a expandir a missão desenvolvida pelos representantes da ordem em diversos países. Neste sentido, as atividades dos eclesiásticos foram fundamentais para fortalecer propostas católicas e projetos em torno do movimento de recatolização da sociedade, assim como das instituições. As ações organizadas pelos inicianos foram imprescindíveis para o intercâmbio cultural em parte do mundo luso-brasileiro, contribuindo com o trabalho desenvolvido pela Província Portuguesa Dispersa no país.

Referências

- Albuquerque Junior, D. M. (2001). *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundaj.
- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Assunção, P. (2003). O Brasil nas páginas da *Brotéria*. In H. Rico, & J. E. Franco (Coords.), *Fé, ciência, cultura: Brotéria 100 anos* (pp. 449-466). Lisboa: Gradiva.
- Azevedo, C. A. M., & Cristino, L. (Coords.). (2007). *Enciclopédia de Fátima*. Estoril: Princípia.
- Azevedo, F. (1986). *A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911-1936*. Recife: Fasa.
- Azevedo, L. G. (1914). *Proscritos: notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*. Bruxelas: Tipografia E. DAEM.
- Berta, S. L. (2007). *O exílio: vicissitudes do luto: reflexões sobre o exílio político dos argentinos (1976-1983)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Boletim Mensal da Archidiocese de Olinda e Recife. (1935), 10-11, 201.
- Cabral, L. G. V. C. P. (1925). *Jesuítas no Brasil: século XVI*. São Paulo: Melhoramentos.
- Cabral, N. D. A. (2009). *Memórias de um cotidiano escolar: Universidade Católica de Pernambuco (1943-1956)*. Recife: Fasa.
- Carta do Padre Justino M. Lombardi a... (1910, 29 de maio). *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Arquivo das Congregações, mç. 32, mct. 24, doc. 7., Itu.

- Carvalho, J. M. (1998). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Casali, A. (1995). *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes.
- Catálogo dos Jesuítas Portugueses no anno de 1910. (1911). Conforme ao original latino encontrado na Casa do Noviciado do Barro. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Catroga, F. (2006). *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina.
- Cavalcante, M. J. M. (2016). Da missão da Zambézia ao nordeste do Brasil: o método missionário dos jesuítas da província portuguesa para internato e escola apostólica de Baturité. In C. Â. M. Sousa, & M. J. M. Cavalcante (Orgs.), *Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República* (pp. 177-191). Brasília: Liber Livro.
- Chartier, R. (2002). *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS.
- Cunha, M. T. P. (1953). *Nossa Senhora de Fátima peregrina do mundo através dos continentes, a caminho de Roma, dos mares e dos ares*. Rio de Janeiro: Santa Maria.
- Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907 (1907, 9 de janeiro). Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. *Diário Oficial*. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>
- Diretrizes da formação da Companhia de Jesus no Brasil. (2001). São Paulo: Loyola.
- Diretrizes para a formação (19-): São Paulo: Loyola.
- Fernandes, A. P. C. (1944). *Fátima: santuário mundial: mensagem divina: rainha da paz, chuva de graças*. Recife: Ciclo Cultural Luso-Brasileiro.
- Foulquier, J. H. (1940). *Jesuítas no Norte: segunda entrada da Companhia de Jesus (1911-1940)*. Salvador: Vice-Província da Companhia de Jesus no Brasil Setentrional.
- Ginzburg, C., Castelnovo, E., & Poni, C. (1991). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel.
- Gobbi, M. V. Z., Fernandes, M. L. O., & Junqueira, R. S. (Orgs.). (2002). *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira: depoimentos e estudos*. São Paulo: Unesp.

- Gonçalves, M. (2014). Afinidades republicanas na era do anticlericalismo: Brasil, Portugal e a “questão jesuítica” de novembro de 1910. *Cadernos de História*, 15(23), 63-87.
- Hontem. (1910, 8 de novembro). *Jornal do Commercio*, 1.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2003). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Klein, H. S. (1993). A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. *Análise Social*, 28(121), 235-265.
- Lei da Separação. (1912, 8 de agosto). Eloquente resposta do dr. Affonso Costa aos detractores dessa lei. Lisboa.
- Leme, D. S. (1916). *Carta pastoral saudando a sua arquidiocese*. Petrópolis: Typ. Vozes de Petrópolis.
- Matos, F. O. (2016). A presença dos jesuítas no sertão baiano: o Instituto São Luiz Gonzaga – Caetité (1912-1925). In C. Â. M. Sousa, & M. J. M. Cavalcante (Orgs.), *Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República* (pp. 243-265). Brasília: Liber Livro.
- Mattoso, J. (Dir.), & Ramos, R. (Coord.). (2001). *História de Portugal: a segunda fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mendes, J. S. R. (2010). O apogeu da imigração portuguesa para a América do Sul (1904-1914): diversidade socioeconômica e dilemas comparativos com Itália e Espanha. In C. M. Sarmiento, & L. M. P. Guimarães (Coord.), *Culturas cruzadas em português: redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, Séc. XIX e XX): influências, ideários, periodismo e ocorrências* (Vol. 1, pp. 145-164). Coimbra: Almedina.
- Montañés, A. P. (2013). *Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*. Jandira: Eduel.
- Monteiro, L. M. (2011). *Religião, cultura e política: o apostolado laico dos jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Moura, C. A. S. (2015). *Histórias cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- Moura, L. D. (2000). *A educação católica no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Loyola.
- Nunziatura Apostolica del Brasile (1921-1925) (1921, 6 de outubro). *Archivio Segreto Vaticano*, Sacra Congregazione Concistoriale, Roma, busta 171, fascicolo 932, doc. 86.
- O'Neill, C. E., Domínguez, J. M. (Dir.). (2001). *Diccionario histórico de la Compañía de Jesús: biográfico-temático* (Vol. 1). Roma: Institutum Historicum.
- Paiva, O. C. (2013). *História da (i)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI*. São Paulo: Arquivo Público do Estado.
- Pascal, M. A. M. (2008). Imigração portuguesa em São Paulo: memórias, gênero e identidade. In M. I. Matos, F. Sousa, & A. Hecker (Orgs.), *Deslocamentos & histórias: os portugueses* (pp. 283-291). Bauru: Edusc.
- Pereira, M. C. M. (2006). Representações da emigração para o Brasil na imprensa do Nordeste Transmontano durante a 1ª República. In I. L. Martins, & F. Sousa (Orgs.), *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos* (pp. 270-293). Niterói: Muiraquitã.
- Pereira, M. H. (2002). *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc.
- Proença, M. C. (2011). *A questão religiosa no parlamento (1910-1926)* (Vol. 2). Lisboa: Assembleia da República.
- Rico, H., & Franco, J. E. (Coords.). (2003). *Fé, ciência, cultura: Brotéria 100 anos*. Lisboa: Gradiva.
- Rogers, R. (2014). Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. *Pro-Posições*, 25(1), 55-74.
- Romeiras, F. M. (2016). Prefácio: o regresso dos jesuítas portugueses ao Brasil. In C. Â. M. Sousa, & M. J. M. Cavalcante (Orgs.), *Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República* (pp. 11-14). Brasília: Liber Livro.
- Roux, R. R. (2014). La romanización de la Iglesia católica en América Latina: una estrategia de larga duración. *Pro-Posições*, 25(1), 31-54.
- Schmitz, E. F. (1994). *Os jesuítas e a educação: filosofia educacional da Companhia de Jesus*. São Paulo: Unisinos.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Silva, E. M. (2010). Introdução: religião: da fenomenologia à história. In E. M. Silva, K. K. Bellotti, & L. S. Campos (Orgs.), *Religião e sociedade na América Latina* (pp. 11-15). São Bernardo do Campo: Metodista.
- Silva, L. P. (2015). *O Colégio Manuel da Nóbrega: o papel da educação jesuíta nos projetos de restauração católica no Recife (1917-1930)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Silva, S. V. (2006). *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife*. Recife: UFPE.
- Sousa, C. Â. M. (2013). Do exílio dos jesuítas portugueses em outra república: cartas, histórias e educação jesuíticas e os primeiros anos do Colégio Nóbrega em Recife – Pernambuco (1917-1920). *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, Cuiabá. Recuperado de <https://bit.ly/2YxwbNs>
- Sousa, C. Â. M. (2016). Olhares de um jesuíta lusitano exilado no Brasil: Pe. Luiz Gonzaga Cabral. In C. Â. M. Sousa, & M. J. M. Cavalcante (Orgs.). *Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República* (pp. 161-176). Brasília: Liber Livro.
- Sousa, C. Â. M., & Cavalcante, M. J. M. (Orgs.). (2016). *Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República*. Brasília: Liber Livro.
- Torgal, L. R. (2013). A historiografia em Portugal no século XX: olhando o Brasil. In J. P. A. Nunes, & A. Freire (Orgs.). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados* (pp. 15-30). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Varias notícias (1910, 4 de novembro). *Jornal do Commercio*, 4.
- Vitorio, B. S. (2015). Imigrantes brasileiros em Portugal: retrospectiva de percurso. In A. Gattaz, & V. P. R. Fernandez (Orgs.). *Imigração e imigrantes: uma coletânea interdisciplinar* (pp. 209-226). Salvador: Pontocom.

Submetido à avaliação em 1º de novembro de 2017; revisado em 26 de março de 2018; aceito para publicação em 22 de abril de 2018.